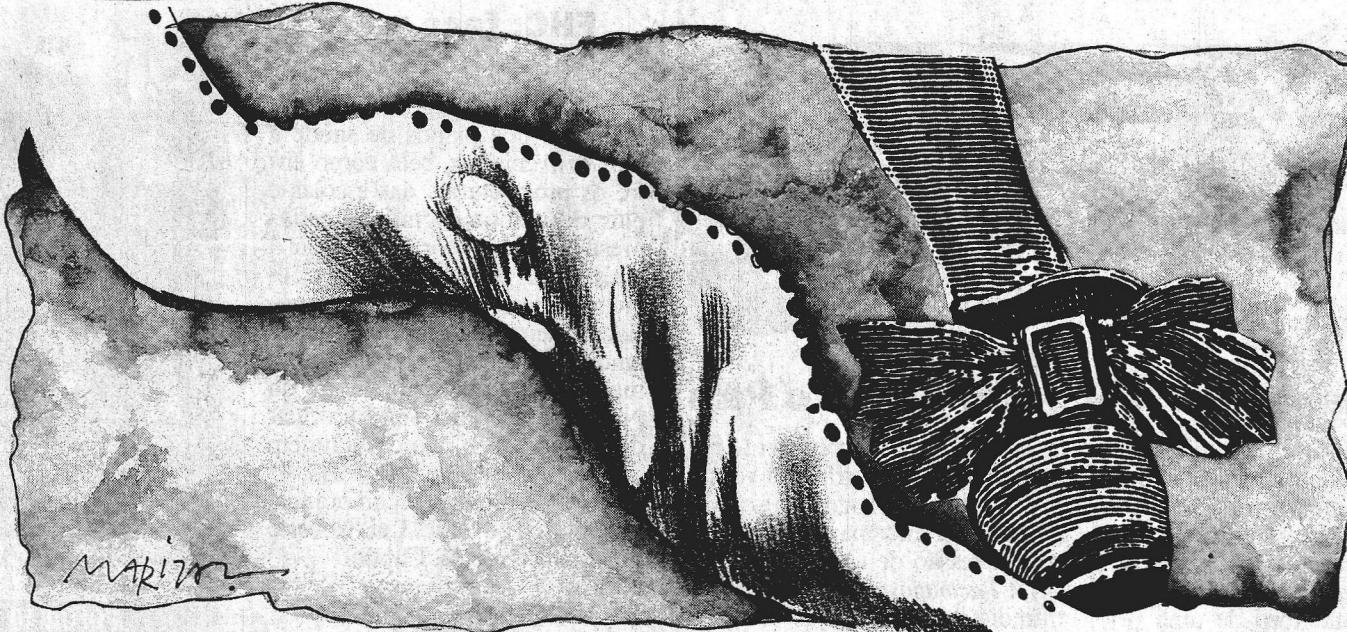


Direitos humanos?

Marcado oficialmente para a tarde de amanhã, o lançamento solene do Plano Nacional de Direitos Humanos, concebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para coibir as diferentes formas de violência na sociedade brasileira e melhorar a imagem externa do País, foi inteiramente esvaziado pelo Senado, no final da semana passada. Ao votar o projeto que transferia para a Justiça comum os crimes cometidos por policiais militares e decretava a sentença de morte da inepta, burocrática e custosa Justiça Militar, medida considerada vital pelo governo para assegurar o respeito aos direitos humanos, os senadores mudaram radicalmente o texto já aprovado pela Câmara e asseguraram a sobrevivência dessa corte corporativa.

Originariamente preparado pelo deputado Hélio Bicudo (PT-SP), o projeto acabou sendo encampado pelo presidente da República depois que a Human Rights Watch, um organismo não-governamental de defesa dos direitos humanos, com representações em todos os continentes, pediu abertura de um processo contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), por causa da omissão da Justiça Militar de São Paulo no julgamento do massacre de 111 presos na Casa de Detenção. Integrada por oficiais da PM, que nem sequer precisam ter diploma de Direito, essa pseudocorte foi acu-



sada pela Human Rights Watch de tratar o caso de modo contemporizador, com a deliberada disposição de seus "magistrados" de favorecer seus colegas de farda.

Consciente de que uma condenação no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos inviabilizaria a ascensão do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU, Fernando Henrique pediu ao ministro da Justiça, Nélson Jobim, que mobilizasse as bancadas que apóiam o governo no Congresso para aprovar o projeto de Bicudo. Com as chacinas de Rondônia, no ano passado, e do Pará, há um mês, a situação do País ficou ainda mais complicada, na Comis-

são Interamericana de Direitos Humanos, obrigando o presidente da República a se empenhar pessoalmente para obter do Legislativo a transferência das competências da Justiça Militar estadual para a Justiça comum. Por 236 votos contra 186, a Câmara aprovou o projeto de Bicudo. No Senado, porém, os próprios líderes das bancadas governistas se encarregaram de desfigurá-lo, cedendo às pressões corporativas dos juízes militares, que temiam perder generosos salários e muita mordomia.

Criada há quase dois séculos pelo reente d. João VI, a Justiça Militar tornou-se uma excrescência no âmbito do Judiciário, consistindo num foro de pri-

vilégiros para os fardados. Com a ditadura militar iniciada em 1964, as PMs estaduais conseguiram expandir suas "Justiças" corporativas, ampliando suas prerrogativas funcionais graças ao famigerado "Pacote de Abril" imposto pelo general Ernesto Geisel, em 1977, e multiplicando suas regalias graças à Constituição "cidadã" de 1988. Por assegurar a sistemática impunidade dos policiais militares, por consistir num buraco negro nas finanças públicas dos governos estaduais e por desmoralizar o próprio Judiciário, os juízes de carreira sempre reivindicaram sua extinção.

Por ocasião do último encontro da magistratura brasileira, realizado em se-

tembro de 1995 na cidade de Fortaleza, os "juízes" militares, liderados por um obscuro oficial da PM paulista, criaram vários incidentes para tentar obter do plenário uma condenação formal ao projeto do deputado Hélio Bicudo. E, de lá para cá, praticamente acamparam em Brasília, mantendo a pressão sobre os congressistas. Os deputados não se curvaram a essas pressões, mas os senadores, especialmente os que já foram governadores e jamais hesitaram em usar as PMs como seus cabos eleitorais, cederam ao lobby dos "juízes" militares.

Enquanto isso, continua correndo de vento em popa, nesse mesmo Congresso, a proposta de adoção de ritos sumários de desapropriação para quem tiver a sua terra invadida, ou seja, o bloqueio do acesso à Justiça sem aspas para quem trabalha e obedece às leis.

Uma atitude como esta, na sequência dos acontecimentos dramáticos que tornaram, mais uma vez, manifesta a necessidade do fim da impunidade como elemento fundamental para o controle e o disciplinamento de nossas polícias, comprova que o Congresso Nacional é mesmo um filtro de seleção negativa, que só agrava os problemas do Brasil.

A soma dessas duas decisões — se a segunda for mesmo confirmada — fará com que o massacre do Pará venha a ser visto, logo logo, como a menor das tragédias da "questão agrária" brasileira. Quem viver, verá.